



# XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **16/07/2018**

Aprovado em: **23/07/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.04.14>

RECIPROCIDADE: A DIMENSÃO ESSENCIAL PARA A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM  
PROBLEMAS DE INDISCIPLINA E DE APRENDIZAGEM

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

ELIZABETE APARECIDA DE CARVALHO , KARLA NASCIMENTO DE ALMEIDA

## RESUMO

O presente artigo visa apresentar algumas reflexões acerca da importância da reciprocidade para a inclusão educando com problemas de indisciplina e transtornos disruptivos colaborando para a melhoria de seu comportamento e aprendizagem. Abordará a postura esperada do educador no enfrentamento desses problemas utilizando como metodologia um levantamento bibliográfico sobre a Pedagogia da Presença defendida pelo autor Antônio C. Gomes da Costa e a Comunicação Não Violenta que é discutida por Marshall B. Rosenberg, dentre outras práticas pedagógicas apresentadas por outros autores. Ressalta-se a importância da escuta e do diálogo tanto por parte dos educadores quanto da família com estes educandos de forma que eles possam cruzar suas histórias e ampliar os vínculos de confiança, sem o qual a aprendizagem não acontece. É necessário ao educador estar aberto à dimensão afetiva para reconhecer as especificidades de cada estudante e colaborar para sua efetiva inclusão.

**PALAVRAS CHAVE:** Reciprocidade. Educador. Educando. Indisciplina. Inclusão.

## RESUMEN

El presente artículo pretende presentar algunas reflexiones acerca de la importancia de la reciprocidad para la inclusión del educando con problemas de indisciplina y trastornos disruptivos colaborando para la mejora de su comportamiento y aprendizaje. Se abordará la postura esperada del educador en el enfrentamiento de estos problemas utilizando como metodología un levantamiento bibliográfico sobre la Pedagogía de la Presencia defendida por el autor Antonio Carlos Gomes da Costa y la Comunicación No Violenta que es discutida por Marshall B. Rosenberg, entre otras prácticas pedagógicas presentadas por otros los autores. Se resalta la importancia de la escucha y del diálogo tanto por parte de los educadores y de la familia con estos educandos de forma que puedan cruzar sus historias y ampliar vínculos de confianza, sin el cual el aprendizaje no sucede. Es necesario que el educador esté abierto a la dimensión afectiva para reconocer las especificidades de cada estudiante y colaborar para su efectiva inclusión.

**PALABRAS CLAVE:** Reciprocidad. Educador. Educar. Indisciplina. Inclusión.

**ABSTRACT** The present article aims to present some reflections on the importance of reciprocity for the inclusion of the learner with problems of indiscipline and disruptive disorders collaborating to improve their behavior and learning. It will address the expected attitude of the educator in the confrontation of these problems using as methodology a bibliographical survey on the Pedagogy of the Presence defended by the author Antônio Carlos Gomes da Costa and the Nonviolent Communication that is discussed by Marshall B. Rosenberg, among other pedagogical practices presented by other authors. The importance of listening and dialogue on the part of educators and the family with these learners is emphasized so that they can cross their histories and expand bonds of trust, without which learning does not happen. It is necessary for the educator to be open to the affective dimension to recognize the specificities of each student and to collaborate for their effective inclusion. **KEYWORDS:** Reciprocity. Educator. Teaching. Indiscipline. Inclusion.

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, na maioria das escolas de nosso país, ouvimos relatos de muitos educadores e dos demais profissionais de educação, sobre a dificuldade de se trabalhar no espaço escolar, mostrando que a educação vem atravessando um período de crise.

**As instituições escolares enfrentam problemas preocupantes, dentre eles, a indisciplina dos alunos, sendo um dos grandes desafios a ser enfrentado pelos professores, que em diversas circunstâncias, não sabem como frente a essa questão que abrange a todos os envolvidos no processo educativo e que causa inúmeros prejuízos para o processo de escolarização. Em pesquisa[1] internacional realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (2015), verifica-se que no Brasil os professores perdem cerca de 20% do tempo de aula com a indisciplina, sempre tentando apaziguar certos conflitos.**

**O estudo aponta também que 60% dos docentes brasileiros entrevistados dizem ter mais de 10% de aula perdida[2] na sala de aula, sendo o país, entre os 34 participantes do estudo, onde o professor mais perde tempo de aula por conta da indisciplina, liderando o ranking de intimidação verbal entre alunos e professores.**

**Cabe reforçar que muitos estudantes com histórico de indisciplina apresentam transtornos disruptivos que são contemplados na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), como o Transtorno Opositivo-desafiador – TOD – , Transtorno de Conduta e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH. Esses estudantes, cada vez mais frequentes nas escolas regulares, possuem comportamentos de intolerância a frustrações, dificuldade de cumprimento de regras, pouco tempo de atenção e permanência nas atividades dentro da sala de aula chegando a tumultuar o ambiente.**

**Esses comportamentos, muitas vezes confundidos meramente como indisciplina, requerem atenção especial dos professores e equipe pedagógica para a oferta de práticas pedagógicas diferenciadas que considerem as especificidades e garantam a inclusão desses estudantes no espaço escolar.**

Sabemos que a educação é indispensável para a formação dos sujeitos, é através dela que adquirimos conhecimentos científicos e específicos e desenvolvemos habilidades que são indispensáveis para vivermos e convivermos em sociedade.

Muitas mudanças ocorreram na sociedade, como também na escola, mudaram as legislações, os valores e a cultura. As mudanças também aconteceram no mundo do trabalho, na gestão política, em grande medida advinda do processo de globalização. Diante de tantas mudanças originaram-se também novas formas de pensar e fazer educação, tendo em vista a constituição de um novo sujeito.

Nas décadas passadas, o professor possuía uma posição superior aos seus alunos, a própria organização do espaço da sala de aula dava lugar de destaque a ele, colocando-o a frente, dando-lhe a palavra cuja pronúncia silenciava demais, a exemplo do que o educador Paulo Freire chamou de educação bancária (FREIRE, 2011). Na visão freireana esse modelo de educação parte do pressuposto de que o professor detém o conhecimento e o deposita ao aluno, aquele que nada sabe. É uma relação vertical entre o educador e o educando.

Hoje, não cabe mais no processo de ensino e aprendizagem, um docente que seja apenas o portador e transmissor de conhecimento, que tem os alunos como meros receptores, ouvintes passivos. A tendência é cada vez maior por uma educação colaborativa, em um processo mais horizontalizado de construção de conhecimentos, valorizando o protagonismo dos estudantes, e o professor como um mediador do processo educacional, sobretudo nos espaços-tempos de maior presença das tecnologias da informação e comunicação (DEMO, 2009; MORAN, 2013).

Em tempos passados, os alunos que não cumprissem as regras recebiam castigos por parte do professor e por parte dos pais também, já que os mesmos valorizavam e davam total apoio ao trabalho do professor. Tinha-se a impressão que todos os alunos aprendiam da mesma maneira e ao mesmo tempo, que nenhum apresentava dificuldades, pois nesse período nem todas as crianças e adolescentes tinham acesso à escola, a mesma era apenas para aqueles que possuíam maior poder aquisitivo e viviam em contextos mais estruturados. Estes fatores contribuíam para que a disciplina vigorasse no espaço escolar.

A partir de 1988, a Constituição Federal (CF) brasileira tornou universal o acesso ao Ensino Fundamental, então garantido a todas as crianças o direito, mas também o dever de frequentar as escolas: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BR, 1988).

E em seu artigo 225, a CF (1988) garante também o direito à educação integral a todos os sujeitos.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, art. 225)

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 prevê que o direito à educação é um elemento imprescindível e busca a erradicação da pobreza e da marginalização, de forma a reduzir as desigualdades sociais e a promoção do bem comum, sem nenhuma forma de preconceito ou discriminação.

Em 1996 foi promulgada a Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que veio referendar o que determinou a CF (1988) e em seu art. 5º está previsto que

O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-la. O Estado deve assegurar a educação obrigatória e um direito garantido a todas as crianças e adolescentes. (BRASIL, 1996, art. 5º)

E, como todas as crianças e adolescentes tiveram que entrar e permanecer na escola, os problemas de indisciplina foram aparecendo e a cada ano vem aumentando mais, dificultando o trabalho dos educadores que não foram “preparados” para lidar com tal situação. O estudo a que fizemos menção na abertura desta seção (OCDE, 2000) aponta em relação à formação de professores que no Brasil, mais de 90% dos professores dos anos finais do ensino fundamental concluíram o ensino superior, mas cerca de 25% não fizeram curso de formação de professores, deixando assim de se prepararem para lidar com questões específicas da docência.

São vários os fatores que levam o educando à indisciplina, dentre eles estão a falta de interesse pelas aulas, situação familiar e social, transtornos disruptivos e outros, e, devido à falta de disciplina, ficam comprometidos a aprendizagem e também convívio do educando na sociedade.

Na maioria das vezes o educador desconhece os fatores que levam o educando a ser indisciplinado, ou seja, não conhece a história de vida, e por não conhecer e também por não procurar se aproximar e ouvir as angústias do educando, contribui para que o mesmo tenha impulsos agressivos, intolerantes e/ou revoltados.

Este artigo visa refletir sobre a importância da reciprocidade do professor para com o educando, principalmente com aquele que se encontra em vulnerabilidade social e tem problemas disciplinares que comprometem o processo de escolarização.

## **2 INDISCIPLINA: UMA REALIDADE QUE ESTÁ DIFICULTANDO O TRABALHO DOS EDUCADORES**

Ultimamente, a maioria das escolas enfrentam problemas de indisciplina, e esses vêm se desenvolvendo há muito tempo, sofrendo alterações devido às mudanças no processo histórico e sócio cultural. Percebemos que muitos problemas de aprendizagem se originam, então, de problemas externos à escola e que se manifestam no seu interior.

através da indisciplina.

No dicionário Aurélio Indisciplina está definido como procedimento, ato ou dito contrário à disciplina; desobediência, desordem, rebelião. De acordo com Aquino (1999), “o conceito de indisciplina, como toda criação cultural, é estático, uniforme, nem tampouco universal. Ele se relaciona com o conjunto de valores e expectativas que varia longo da história, entre as diferentes culturas e numa mesma sociedade”.

Parrat-Dayan (2008), diz que a indisciplina é um problema sério, ela não tem forma e segue diferentes caminhos: jogar papezinhos, não estudar, não escutar etc. (PARRAT-DAYAN, 2008, p. 16). Este conceito refere-se especificamente da indisciplina escolar.

Atualmente, ainda é comum alguns educadores usarem em sala de aula regras utilizadas há muito tempo, oriundas das pedagogias tradicionais, ainda do tempo em que o professor era visto como o detentor do saber, e aos alunos cabia somente ouvir e fazer o que estava sendo ensinado e muitas dessas regras foram trazidas para a sala de aula e permanecem até hoje em nossas escolas.

Saviani (2005), diz que até mesmo a forma como as carteiras eram organizadas na sala de aula, tinham a ver com esse autoritarismo, onde o poder era centralizado no professor. “São fixas e voltadas para um determinado ponto onde se encontra o professor (...) por isso é uma sala silenciosa, de paredes opacas” (SAVIANI, 2005, p. 118).

A indisciplina, atualmente, é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos educadores e interfere muito no desenvolvimento do trabalho pedagógico e conseqüentemente na aprendizagem do educando. Diante desta constatação, percebemos a necessidade de um maior engajamento por parte da escola em busca de alternativas e intervenções para o enfrentamento de conflitos na sala de aula.

Sabemos que são várias as causas da indisciplina, porém antes de qualquer julgamento é importante que o educador procure saber sobre o ambiente familiar no qual o educando está inserido e o contexto do seu desenvolvimento cognitivo e emocional para conseguir compreender o que poderá estar levando o mesmo à indisciplina e também poder ajudá-lo.

Para que o educador tenha a credibilidade do educando é importante que ele se aproxime do mesmo, procure conhecê-lo melhor, encontre seu lado positivo e descubra quais são suas potencialidades. Fazer-se presente na vida do educando, tratá-lo com respeito e ajudará a compreender e perceber que é importante respeitar regras e tratar todas as pessoas.

É preciso que o educador aproxime-se do educando, faça-se presente de forma empática para que o mesmo adquira confiança no mesmo, atitude essa que poderá contribuir na melhoria do comportamento e na mudança de postura do educando, levando-o a repensar suas atitudes, como afirma Costa (1991) “Pela proximidade o educador se aproxima do educando procurando identificar-se com a sua problemática de forma calorosa, empática e significativa buscando uma relação realmente de qualidade” (COSTA, 1991, p. 17), o que estudiosos da Pedagogia Social apresentam como Abordagem Centrada na Pessoa (PINEL, COLODETE E PAIVA, 2012).

Diante do exposto acima, enfatizamos que o educador de hoje precisa procurar conhecer um pouco da realidade do educando, o que ele traz consigo de bom e abrir espaços nos quais ele possa “experimentar-se” como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso, consigo mesmo e com os outros (COSTA, 1991).

Através de relações interpessoais bem estruturadas é possível formular novas concepções, novas regras e propor novas formas de pensar e agir que venham contribuir para transformações no interior da escola e conseqüentemente na postura dos educandos. É preciso apostar nas qualidades dos mesmos, pois só assim estaremos prestando verdadeiro trabalho educativo, como afirma Costa (1991)

Educar é sempre uma aposta no outro. Ao contrário do ceticismo dos que querem “ver e crer”, costuma-se dizer que o educador é aquele que buscará sempre “crer para ver”. De quem não apostar que existem, nas crianças e nos jovens com quem trabalhamos, qualic

que muitas vezes não se fazem evidentes nos seus atos, não se presta, verdadeiramente trabalho educativo. (COSTA, 1991, p. 47)

É preciso que o educador compreenda o passado do educando para que assim possa entender suas atitudes, ou o seu presente, podendo assim contribuir para a mudança de comportamento do sujeito no futuro.

O trabalho coletivo é o principal instrumento de viabilização para que o trabalho educativo seja efetivo na vida do educando. O diálogo, o estudo e a cooperação são os instrumentos que mediarão o caminho na busca por disciplina que considere o respeito como condição principal nas relações existentes na escola.

De acordo com Costa (1991), o educando com problema de indisciplina exige de quem educa uma necessidade de combinar vários fatores de senso prático, teórico, sensibilidade e presença e é preciso que o educador veja além dos aspectos negativos, pois o educando poderá estar pedindo ajuda, como afirma Costa (1991)

Diante das manifestações inquietantes do educando - impulsos agressivos, revoltas, inibição, intolerância a qualquer tipo de norma, apatia, cinismo, alheamento, indiferença - de fato, o educador situa-se num ângulo que lhe permita ver, além dos aspectos negativos, o pedido de auxílio de alguém que de forma confusa se procura e se experimenta em face de um mundo que se abre aos seus olhos, cada vez mais hostil e ininteligível. (COSTA, 1991, p.18)

De acordo com o autor cabe ao educador descobrir a causa da indisciplina do educando, essa pode estar ligada a vários fatores e o educando pode estar dando um grito de “socorro”. É preciso que o educador procure ver o lado positivo do educando, quando ele está em alerta para estas questões esse consegue agir e contribuir para o crescimento pessoal do educando, o que poderá influenciar em sua aprendizagem e no convívio social.

Como educadores, acreditamos que o sujeito frequentar uma Instituição Escolar significa contribuir na evolução da aprendizagem e em seu progresso como ser humano. Mas acreditamos também que esse progresso é obtido não só na escola, mas na família e na sociedade, e que a escola como muitos acreditam, não é a única instituição a desempenhar tal tarefa.

A indisciplina é um dos grandes desafios no ambiente escolar, tanto para os professores e equipe gestora, quanto para os próprios educandos e família, por isso cabe à escola e à família encontrarem formas de combater a indisciplina, visto que a educação é dever da família e do estado, como está previsto no artigo 2º da LDBEN (1996)

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, art. 2º)

Os educadores não podem se esquecer de que o educando não é uma “tábua rasa”, ele traz consigo hábitos e atitudes que foram apreendidos no seu meio social e familiar e que precisam ser valorizados no ambiente escolar. Esse comportamento, natural do aluno, às vezes é considerado pelos professores como grosseiro, rebelde, ou indisciplinado.

Determinados comportamentos, muitas vezes, ocorrem porque a criança ou o adolescente se comportam, dentro da sala de aula e nos demais espaços da escola, do mesmo jeito que se comportam em casa, não conhecendo ou não entendendo certos princípios de ordem e exigências da instituição e, em contrapartida, o educador ignora a realidade do aluno.

Segundo Costa (1991) “mais importante que cabeças cheias de informações, é a aquisição pelo educador de atitudes

e habilidades que favoreçam e viabilizem sua atuação junto ao educando” (COSTA, 1991, p. 24). Os quatro pilares da Educação, estabelecidos pelo relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco - inclui, além do aprender a conhecer e fazer, o aprender a ser e a conviver, destacando a importância da Educação desenvolver as habilidades sociointeracionais, do viver juntos (MORIN, 2000).

As situações de estímulos em que o educador deve proporcionar ao educando “em dificuldade”, seja ela acadêmica, social ou emocional, devem ser levadas em conta as questões afetivas, sua realidade e especificidades, por isso é preciso que o educador leve o educando a compreender e respeitar normas e limites, revestindo assim a aprendizagem de significado, como afirma Costa (1991)

O educador deve criar no cotidiano do trabalho dirigido ao jovem em dificuldade, oportunidades concretas, acontecimentos estruturados que evidenciam a importância das normas e limites para o bem de cada um de nós. Só assim, o jovem começa a comprometer-se consigo e com os outros. (COSTA, 1991, p. 35)

É importante para o desenvolvimento do educando, que ele conviva com regras claras que lhe indiquem como agir e que aprenda a respeitar os limites que lhe são impostos. Tais normas serão imprescindíveis para que, mais tarde, em certo momento, elas possam auxiliá-lo nas mais variadas formas de relação, contribuindo para seu desenvolvimento como educando e também como ser humano.

Outro fator que consideramos muito importante para a atuação do educador em relação ao comportamento do educando é a forma dele se comunicar com o mesmo, pois a forma de se expressar pode promover o respeito, a empatia, ou não. É preciso que ele tenha cuidado com as palavras e procure usá-las na hora certa, como afirma Fiedler apud Marinot (2016)

A palavra quando usada oportunamente é a ferramenta que transforma o pensamento, a realidade. A palavra certa e sensível, dita na hora e no lugar oportuno não é meramente som, mas, um fato capaz de transformar, transgredir, em direção à conscientização libertadora (FIEDLER apud MARINOT, 2016. p. 68)

Nesse contexto é que destacamos a importância da Comunicação Não Violenta (CNV) como apresentada por Rosenberg (2006), nos encorajando a recuperar o contato com nosso centro de humanidade, convidando-nos a reconhecermos como aprendizes de novos modos de estar e de nos articular com os outros e com o mundo. Além de ser uma via de autoconhecimento, a comunicação não-violenta é um instrumento eficiente e oportuno para aqueles que se comprometem a implementação de uma Cultura de Paz visando se auto-educar para restabelecer a confiança mútua entre pessoas, instituições, povos e nações (DISKIN, 2006).

A partir dessa compreensão, precisamos desenvolver habilidades de linguagem e comunicação, procurando superar os padrões de defesa, ataque e julgamentos, por novos padrões que promovam o respeito, a atenção e a empatia

De acordo com Rosenberg (2006) são princípios fundamentais para que o processo da comunicação seja eficaz:

- Observar os fatos sem fazer julgamentos;
- Identificar os sentimentos em relação aos fatos observados;
- Reconhecer as necessidades em relação aos sentimentos identificados;
- Elaborar pedidos claros, específicos e concretos.

Cabe ao educador decidir qual será a melhor maneira de se comunicar com cada educando e procurar usar palavras certas, no momento certo, e a decisão por uma escolha responsável envolve não culpar nem o educando nem ele próprio. É preciso que o educador procure, sempre, controlar os sentimentos, principalmente quando

educando estiver exaltado, com impulsos agressivos. A atenção do educador precisa estar condicionada no sentido de observar, estar atento e sentir, em vez de diagnosticar e julgar o outro (ROSENBERG, 2006).

Diante do problema da indisciplina na escola, torna-se necessário que o educador compreenda a dinâmica social e as especificidades, singularidades de cada educando para organizar sua prática pedagógica, que é uma atividade que exige reflexão crítica e tomada de decisão, e, sobretudo, porque “educar” exige em primeiro lugar conhecimento teórico e para o trabalho ser eficaz é preciso que o educador tenha compromisso, amor e também que conheça a realidade do educando, só assim poderemos melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem.

### **3 RECIPROCIDADE E AFETIVIDADE: MAIS SIGNIFICADO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM**

A realidade da educação brasileira, hoje, convida o educador a repensar sua prática, pois o número de crianças e adolescentes que necessitam de uma ajuda pessoal e social para superar os obstáculos, tais como: envolvimento com as drogas, transtornos de conduta, atos indisciplinados cometidos em casa e na escola, tem aumentado consideravelmente, e não podemos ignorar esses obstáculos.

Diante do exposto acima é preciso que o educador faça-se presente na vida dos educandos e tente ajudá-los a refletirem suas ações, em casa, na escola e em toda a sociedade, para que o processo educativo seja eficaz e tenha êxito.

É importante para o desenvolvimento do educando, que ele conviva com regras claras que lhe indiquem como agir e que aprenda a respeitar os limites que lhe são passados. Tais normas serão imprescindíveis, mais tarde, nas diversas formas de relação desse sujeito, pois dar os limites necessários, no momento certo, auxiliará o desenvolvimento saudável do mesmo.

Relacionar-se de maneira significativa com o educando, aceitá-lo como ele é e interessar-se pela sua história de vida procurando valorizar suas potencialidades e ao mesmo tempo, com cuidado e sabedoria, impondo-lhe limites e requisitos básicos para que o educador atue de forma excepcional e obtenha sucesso em sua prática pedagógica.

Nesse contexto é que entra a importância da reciprocidade, pois é esse envolvimento educador/educando que implicará em um processo educativo repleto de significado, pois a educação só é eficaz quando se respeita o indivíduo e compreende suas especificidades.

De acordo com Síveres (2015) a Pedagogia da Presença é o melhor caminho, pois torna a aprendizagem significativa, e, pela proximidade o processo educativo será mais eficaz e o conhecimento fará mais sentido para o educando.

A pedagogia da presença, da proximidade e da partida é uma proposta educativa que nasce da experiência educacional e que está sendo sugerida principalmente num contexto de grandes alterações globais, de transformações sociais e de mudanças pessoais. Tal proposta estabelece a hipótese de que a relação entre educador e educando se torna mais integrada, realizadora e com mais sentido; que o conhecimento se torna mais significativo, sustentável e sensível; e que o processo pedagógico se torna mais comprometido, competente e transformador. (SÍVERES, 2015, p.17)

Aproximar-se do educando, principalmente daquele que é “indisciplinado” requer do educador abertura, sensibilidade, compromisso e diálogo para que a aproximação aconteça de forma construtiva. Segundo Costa (1991) “proximidade o educador se acerca ao máximo do educando, procurando identificar-se com a sua problemática de forma calorosa, empática e significativa, buscando uma relação realmente de qualidade”. (COSTA, 1991, p.17)

O diálogo é considerado elemento primordial no processo de construção do conhecimento e na ação educativa.

Segundo Gadamer, o diálogo refere-se “à possibilidade de alguém abrir-se para o outro e encontrar nesse outro abertura para que o fio da conversa possa fluir livremente” (GADAMER, 2009, p. 244).

Para que o diálogo aconteça é preciso uma atitude de aproximação mútua, uma comunhão humana coerente, proximidade. Para desenvolver essa capacidade de diálogo, é necessário ouvir o outro, sem julgamentos, entrar em conversação e procurar o entendimento pela confiança recíproca.

A compreensão da afetividade perpassa pelo diálogo e por entender carinho, amor, afeição como um elemento psicológico que permite mostrar sentimentos. Havendo afeição, vínculo essencial entre educador/educando, possivelmente haverá confiança, e, esse sentimento exerce uma força individual que poderá reforçar as potencialidades do educando, podendo ser entendido como a energia necessária para que a estrutura cognitiva possa operar.

De acordo com Mello; Rubio (2013), a aprendizagem está associada a fatores que vão além do ato de ensinar e aplicar metodologias novas e criativas, o afeto é determinante para a aprendizagem e que o papel do educador também faz com que o educando tome consciência de si mesmo diante da sociedade, sabendo aceitar-se e aceitar o outro.

O educador eficiente é afetivo com seus educandos, reconhece-os como indivíduos autônomos, com uma experiência de vida diferente da sua, com direito a ter preferências e desejos, nem sempre iguais aos seus. O educador afetivo autêntico, sabe expressar seus sentimentos e desejos de forma direta, mas sem magoar seus educandos e exercer autoridade sem ser autoritário.

A falta de afetividade pode trazer prejuízos emocionais e pedagógicos entre o educando e o educador. Sobre Cury (2003) discorre que a educação do afeto deve ser a meta de todo educador. Os educadores que não provocam emoção dos educandos não educam, apenas os informam, assim como dar conselhos e orientações sem entusiasmo também não gera momentos educacionais.

O método de ensinar de cada educador, o jeito de se relacionar com os educandos, e até mesmo a frequência que fala com eles, o interesse e o carinho que demonstra, são ações influenciáveis em todo o desenvolvimento afetivo e também cognitivo dos educandos em formação.

É preciso que o educador estabeleça uma relação afetiva com os seus educandos e que entenda que, como indivíduos, eles também têm algo a oferecer, tornando a aprendizagem à intermediária das interações que se estabelecem. Em sua obra *Variações sobre o prazer*, o educador Rubem Alves (2011) com a leveza e sensibilidade de quem faz amor com as palavras tece críticas aos pedagogos e professores que se esquivam da palavra “afeto”, julgando-a uma “babaquice romântica” e seguem suas profissões preparando estudantes para exames vestibulares para a “feira das utilidades”, ao invés de se preocuparem com a educação dos sentidos, ou a “feira da fruição”, onde mora o prazer e a alegria. Na perspectiva do “poeta”, a Educação precisa aliar o saber (das ciências) com o saber do corpo, compreendendo a indissociabilidade mente/corpo necessária para uma Educação integral dos sentidos, meio dos quais experimentamos o mundo a partir da sensibilidade de cada um.

Quando o educador trata o educando com afetividade, sensibilidade, empatia e cria oportunidades concretas para que ele seja capaz de compreender o que lhe é ensinado, esses passam a confiar no educador, o rendimento da aprendizagem melhora, criam-se laços de respeito, de responsabilidade, movidos por uma troca significativa e ele poderá contribuir para que ele incorpore novas maneiras de ser e de agir.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escola foi construída como uma instituição social, cuja função era realizar a formação humana nas diferentes temporalidades de vida, e após a publicação da Constituição Federal, em 1988, se tornou, dever do Estado e direito de todos. Ela é conhecida como um ambiente que transmite e constrói conhecimentos e também é o local que permeia a socialização do sujeito.

Sendo responsável pela aprendizagem, cabe à escola propiciar a todos que a ela tiverem acesso, sendo e disciplinados ou não, os instrumentos necessários à aquisição do saber sistematizado, pois é a apropriação do saber, da ciência, o que justifica sua existência, não se esquecendo que a cultura, a experiência, a opinião, saberes que os educandos trazem consigo devem ser devidamente valorizados.

Saviani (2005) diz que “o povo precisa da escola para ter acesso ao saber erudito, ao saber sistematizado e consequência, para expressar de forma elaborada os conteúdos da cultura popular que correspondem aos interesses”. (SAVIANI, 2005, p. 80)

De acordo com o autor é pela mediação da escola que o saber espontâneo passa ao saber sistematizado. Envolve com o contexto e o cotidiano do educando, a escola deve valorizar o saber espontâneo do aluno para que esse seja capaz de adquirir o saber sistematizado.

Faz-se necessário que a escola contemporânea pense, reflita, conceba, atue, avalie e se organize de modo a criar condições para exercer a função de educar e instruir a multiplicidade de sujeitos que hoje nela se matricula.

Atualmente, a escola é frequentada por uma diversidade de crianças e adolescentes, aqueles que têm uma formação familiar, que lhes são ensinados valores como o respeito e o amor, como também por aqueles que não têm uma boa formação, encontram-se em situações de vulnerabilidade social, apresentam transtornos disruptivos e vivenciam muitas experiências negativas, gerando assim uma sala de aula marcada pela diferença.

A escola ainda não está preparada para lidar com esse universo de educandos advindos de diferentes configurações familiares, com diferentes valores, que tem sob sua responsabilidade, outros encargos também importantes. A grande maioria dos pais passam o dia todo trabalhando, na luta para garantir o sustento da família, e o pouco tempo que sobram em casa junto à família, é utilizado, muitas vezes, para assistir programas de televisão ou outras atividades que envolvem as tecnologias da informação e comunicação (computadores, tablets, celulares), o que impede e reduz, a comunicação entre eles e os filhos, prejudicando assim a educação dos mesmos.

É imprescindível que a escola compreenda a necessidade de investir nas relações que se processam em seu interior, principalmente dentro das salas de aula para que possamos superar os problemas da indisciplina. É preciso que haja colaboração entre educador e educando para que a sala de aula seja um lugar de encontro de saberes ao mesmo tempo de (re) construção do conhecimento numa relação de respeito entre as partes.

Sabemos que cada escola possui uma realidade diferente, que envolve diferentes atores, com problemas e dificuldades específicas e que cabe a cada instituição buscar em seu coletivo, estratégias para solucionar os problemas dentre eles a indisciplina. É necessário promover estudos e reflexões, analisando criticamente a situação, e assim buscar intervenções que possam amenizar os conflitos existenciais sem perder o foco que é o ensino e a aprendizagem.

Cabe, principalmente, aos educadores, tomarem consciência da condição de vida de cada educando, da realidade de ação e interação com o mundo ao nosso redor, ampliando a nossa percepção em relação ao outro, mas também em relação a nós mesmos, pois na medida em que vamos aumentando o nosso grau de consciência, amenizamos a necessidade de defesa e abrimos o caminho para a possibilidade de transformações e aprendizagem.

Estar abertos para a dimensão afetiva, para a educação dos sentidos, para o autoconhecimento é pressuposto essencial ao educador para enfrentar os desafios iminentes dos novos tempos (e espaços) da Educação. Em uma sociedade altamente tecnológica e marcada pela diferença, as habilidades que garantirão o futuro da espécie humana serão nossa capacidade de conviver, de viver com os outros, respeitando-os em suas diferenças econômicas, sociais, políticas, culturais, emocionais. Já não há mais espaço para uma educação para os outros, mas sim uma educação com os outros, visto que somos seres de relação, ou, nas palavras freirianas, nos educamos em comunidade mediada pelo mundo.

## REFERÊNCIAS

Alves, Rubem. **Variações sobre o prazer**: Santo Agostinho, Nietzsche, Marx e Babette. São Paulo: Editora Plane Brasil, 2011.

BRASIL, **Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional** nº. 9394/96. Brasília, DF: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_, Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em: Acesso em: 29 mar 2017.

\_\_\_\_\_, Talis. **Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem**. Relatório Nacional. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2014. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/pesquisa\\_talis/2013/talis2013\\_relatorio\\_brasil.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pesquisa_talis/2013/talis2013_relatorio_brasil.pdf). Acesso em: 29 mar 2017.

\_\_\_\_\_, **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>> Acesso em: 10 jun 2018.

COSTA, Antônio Carlos da. **Por uma Pedagogia da Presença**. Brasília: Governo Federal, 1991.

CURY, A. J. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DEMO, Pedro. **Educação hoje**: “novas” tecnologias, pressões e oportunidades. São Paulo: Atlas, 2009.

DISKIN, Lia. Apresentação do livro Comunicação não violenta. In: ROSENBERG, M. B. **Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. Tradução de Mário Vilela. 3. ed. São Paulo: Editora Ágora, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método II. Complementos e índice**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. pp. 240-255.

MARINOT, Annegret F. **A importância da CNV – Comunicação não Violenta na Realização do Processo de Conhecimento**. Revista Educação, v.11, n. 1. 2016.

MELLO, Tágides; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. **A Importância da Afetividade na Relação Professor/Aluno no Processo de Ensino/Aprendizagem na Educação Infantil**. Revista Eletrônica Saberes da Educação. Vol.4 2013 ISSN 2177-7748 Disponível: <http://www.facsao Roque.br/novo/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Tagides.pdf> Acesso em: 30/06/2018

MORAN, José Manoel. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. Papyrus, 21ª ed, 2013

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da S. Jeanne Sawaya. revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. – São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : UNEB, 2000.

PARRAT-DAYAN, Silvia. Trad. Silvia Beatriz Adoue e Augusto Juncal – **Como enfrentar a indisciplina na escola**. São Paulo: Contexto, 2008.

PINEL, Hiran; COLODETE, Paulo Roque; PAIVA, Jacyara Silva. *PEDAGOGIA SOCIAL: Definições, Formas e Espaços de Trabalho, Grandes Nomes & Epistemologias*. **Conhecimento em Destaque**. Revista eletrônica FAE, Faculdade Brasileira. Conhec. Dest., Serra, ES, v. 01, n. 02, jul./dez. 2012.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ROSENBERG, Marshall Bertram. B. **Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. Tradução de Mário Vilela. 3. ed. São Paulo: Editora Ágora, 2006.

SÍVERES, Luiz. **Encontros e diálogos: pedagogia da presença, proximidade e partida**. Brasília: Liber Livro, 2011.

Elizabete Aparecida de Carvalho

3 A Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (TALIS – Teaching and Learning International Survey) investigou o ambiente de ensino e aprendizagem em escolas de educação básica de 34 países durante os anos 2012 e 2013. Dados completos da pesquisa podem ser conferidos em: <http://inep.gov.br/pesquisa-talis>

4 Nesse contexto, alunos problema referem-se a estudantes com histórico reiterado de indisciplina grave e danos ao patrimônio público.

5 Uma pesquisa realizada com cerca de 1.700 alunos de escolas públicas, com idades entre 6 a 16 anos, de várias regiões brasileiras, mostrou que a prevalência de transtornos psiquiátricos entre esses escolares foi estimada em 5,8%. Os dados estão descritos no *Estudo Epidemiológico sobre a Saúde Mental do Escolar Brasileiro*. Esses Transtornos de Conduta (TOD), Transtorno de Conduta e TDAH foram encontrados em 5,8% dos estudantes pesquisados, sendo 4,5% TOD e 1,3% TDAH. Os dados amostrais foram colhidos em quatro cidades brasileiras: Caeté (Minas Gerais); Goianira (Goiás); Itapecuru (Ceará); e Rio Preto da Eva, (Amazonas). Disponível em: <http://www.ebc.com.br/infantil/para-pais/2014/12/cerca-de-13-dos-alunos-de-6-a-16-anos-tem-transtornos-psiquiatricos>. Acesso em: 16 jul 2018.

6 Corrente segundo a qual o professor tem de estar sempre junto do aluno para que o aprendizado aconteça. A origem dessa ideia está ligada principalmente ao ensino religioso proposto pela ordem dos maristas e por salesianos, na qual os estudantes têm autonomia para falar, participar, sugerir, mas tudo dentro de uma organização, de disciplina. Segundo os maristas, a pedagogia da presença encontra sua raiz no pensamento do Padre Marcelino Champagnat para quem a presença está vinculada ao sentido de disciplina preventiva, que implica “estar, estar próximo, estar alegre, sem oprimir nem inibir; saber afastar-se no momento oportuno, encorajar a crescer e a agir com liberdade e responsabilidade”. (<http://www.educabrasil.com.br/pedagogia-da-presenca/>)